

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS (CNPMF)

1 Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, no período das
2 oito às dezoito horas e trinta minutos, realizou-se, no Hotel San Marco, situado no
3 Setor Hoteleiro Sul, Quadra 05, Bloco C, Brasília, Distrito Federal, a 1ª Reunião
4 Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (CNPMF),
5 instituído pelo Decreto nº 12.026, de 2024, sob coordenação do Ministério da Saúde,
6 com apoio administrativo, organizacional e de articulação da Secretaria-Executiva do
7 Comitê, exercida pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
8 (SCTIE/MS). Estavam presentes os **representantes**: Sra. Ana Cecília Bezerra
9 Carvalho (Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa), Sra. Ana Claudia Dias
10 de Oliveira (Setor Industrial Farmacêutico), Sra. Ana Luiza Arraes de Alencar Assis
11 (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA), Sra. Ana Maria Soares
12 Pereira (Farmácias Vivas), Sr. Daniel César Nunes Cardoso (Ministério do
13 Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC), Sra. Elgiane de Fátima
14 Machado Lago (Conselho Nacional de Saúde – CNS), Sra. Ieda Maria Bortolotto
15 (Bioma Pantanal), Sra. Isabela Allende de Silva e Lima (Setor de Inovações), Sr. João
16 Henrique Vogado Abrahão (Gestor Estadual de Saúde – Conass), Sra. Joseane
17 Carvalho Costa (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA),
18 Sra. Juliana Antônia Ferreira Fernandes (Bioma Mata Atlântica), Sra. Laila Simaan
19 (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome –
20 MDS), Sra. Lucely Moraes Pio (Bioma Cerrado), Sr. Marco Aurélio Pereira (Ministério
21 da Saúde - MS), Sr. Marciano Toledo da Silva (Bioma Pampa), Sra. Maria de Lourdes
22 Sousa Nascimento (Agricultura familiar), Sra. Maria Eunice de Jesus (Bioma
23 Caatinga), Sra. Marília Pokwij Ribeiro de Sousa Krahô (Ministério dos Povos
24 Indígenas – MPI), Sra. Nerilene da Silva Nery (Gestor Municipal de Saúde –
25 Conasems), Sr. Nilton Luz Netto Junior (Conselho Federal de Farmácia – CFF), Sr.
26 Rafael Poloni (Ministério da Saúde – MS), Sra. Sarah Nascimento dos Reis (Ministério
27 da Igualdade Racial – MIR), Sra. Silvia Pereira da Silva Santos (Fundação Oswaldo
28 Cruz – Fiocruz), Sra. Vanderlan da Silva Bolzani (Setor de pesquisa, desenvolvimento
29 científico e tecnológico). Estavam como **ouvintes**: Matheus de Ávila (Ministério da
30 Agricultura e Pecuária – MAPA), Monique Teresa Nascimento (Universidade Federal
31 do Pará – UFPA), Lucas Junqueira de Freitas Morel (Universidade de Brasília – UnB),
32 Erasmo Salomão (Ascom/SCTIE), Marisa Mota (Ascom/SCTIE), Rodolfo Castro
33 (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR). Estavam como
34 apoio da Secretaria-Executiva (SE) do Comitê: Sra. Ana Paula de Oliveira Barbosa,
35 Sr. Benilson Beloti Barreto, Sra. Eidy de Brito Farias, Sra. Ellen Tanus Rangel, Sra.
36 Emiko Uehara, Sra. Luciane Regina Matias Rosa, Sra. Micaelle França, Sra. Priscila
37 Gritten Sieben, Sra. Renata Paula Coppini de Almeida e Sr. Victor Carlos Doneida. A
38 recepção dos participantes teve início às oito horas, com acolhimento de
39 representantes. A reunião foi iniciada às nove horas, com abertura institucional
40 realizada pelo Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos

41 Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e Coordenador do CNPMF, **Sr. Marco Aurélio Pereira**,
42 e pelo Coordenador-Geral da Assistência Farmacêutica Básica (DAF/SCTIE/MS), **Sr.**
43 **Rafael Poloni**. A condução dos trabalhos, incluindo a mediação da plenária, a
44 apresentação do Decreto que instituiu o Comitê das Portarias de designação e
45 atualização da composição de seus membros, bem como a organização metodológica
46 das discussões, foi realizada pelo consultor **Sr. Victor Carlos Doneida**
47 (DAF/SCTIE/MS). O DAF lamentou a ausência de alguns membros, destacou o
48 caráter histórico da reinstalação do CNPMF após período de descontinuidade,
49 ressaltou a natureza institucional do Comitê e enfatizou a importância de definição de
50 um calendário regular de reuniões. Agradeceu nominalmente ao Sr. Rafael Poloni pelo
51 papel desempenhado na retomada das atividades do Comitê e ressaltou a importância
52 do processo de escuta e diálogo entre os diferentes segmentos. Na sequência, o DAF
53 registrou o momento como histórico, agradeceu à equipe do Departamento de
54 Assistência Farmacêutica e aos representantes presentes, destacando o esforço
55 coletivo para a reinstalação do Comitê. A secretaria procedeu à verificação de quórum,
56 sendo informado que, dos trinta e dois representantes designados, vinte encontravam-
57 se presentes, configurando quórum regimental para a instalação da reunião. Foi
58 realizada uma rodada de apresentação dos representantes presentes, com
59 identificação dos respectivos órgãos, instituições, ou segmento que representa. Na
60 sequência, a Secretaria apresentou sua equipe e esclareceu seu papel no apoio
61 técnico, administrativo e de coordenação dos trabalhos do Comitê. Dando
62 prosseguimento, o DAF apresentou o Decreto nº 12.026, de 2024, destacando os
63 artigos 1º e 2º, que dispõem sobre a instituição do CNPMF como instância permanente
64 responsável pelo monitoramento e avaliação da Política e do Programa Nacional de
65 Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Foram enfatizadas as competências do Comitê, a
66 tarefa prevista no ato normativo da aprovação do Regimento Interno, a ser
67 desenvolvida no prazo máximo de sessenta dias (a partir desta primeira reunião) e a
68 composição do colegiado, formada por trinta e dois membros titulares e respectivos
69 suplentes. Foram igualmente apresentadas as Portarias nº 1.172, de 25 de novembro
70 de 2024, e nº 1.232, de 18 de novembro de 2025, que tratam da nomeação e
71 atualização das representações, tendo sido registradas dezoito atualizações na
72 composição do Comitê até a presente data. Ainda na exposição, foram esclarecidos
73 escopo e não escopo do CNPMF, organizados nos eixos de monitoramento e
74 avaliação, parcerias e articulação, compromissos internacionais e governança interna,
75 registrando-se que não compete ao Comitê executar projetos, prover financiamento,
76 legislar ou regular diretamente, nem firmar acordos internacionais em nome do Estado
77 brasileiro. Informou-se que o CNPMF deverá reunir-se ordinariamente três vezes ao
78 ano, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias mediante ato justificado da
79 coordenação. Na sequência, foi apresentada a proposta de pauta dos trabalhos,
80 contemplando retorno sobre temas indicados pelos representantes, abertura de fala,
81 definição de prioridades para o Plano de Trabalho 2025–2026 e discussão da minuta
82 do Regimento Interno. O DAF consultou os presentes quanto a eventuais
83 manifestações ou propostas de alteração. A representante do MMA manifestou-se
84 sobre a necessidade de avaliar a possibilidade de discussão e deliberação do
85 Regimento Interno ainda nessa reunião, considerando o prazo de sessenta dias

86 previsto no decreto e a previsão de três reuniões ordinárias anuais e questionando
87 como seria a melhor forma de otimizar os trabalhos. O representante do MDIC
88 manifestou concordância com a relevância do tema, ressaltando, contudo, que a
89 reunião não teria como foco exclusivo o Regimento Interno. Após as intervenções e
90 os esclarecimentos prestados, a pauta foi submetida à apreciação e aprovada por
91 unanimidade. Passando a pauta, foi informado que, havia sido encaminhado
92 formulário para investigação sobre os temas prioritários, cujas contribuições
93 subsidiaram a organização inicial em 6 eixos temáticos iniciais, a saber: inovação e
94 desenvolvimento de fitoterápicos; gestão e governança; povos e comunidades
95 tradicionais; cadeia produtiva e sustentabilidade; políticas públicas e regulação; e
96 educação e pesquisa. Durante os debates, diversos representantes se manifestaram
97 com várias contribuições. MMA iniciou destacando a relevância do tema do patrimônio
98 genético e do acesso e repartição de benefícios, ressaltando os riscos de apropriação
99 indevida e a necessidade de salvaguardas específicas para povos e comunidades
100 tradicionais, enfatizando o caráter transversal dessa temática. Outros representantes
101 manifestaram concordância, ressaltando a dificuldade de enquadrar temas
102 transversais em estruturas rígidas e a necessidade de organização de processos e
103 indicadores. A representante do MDA enfatizou que as plantas medicinais devem ser
104 estudadas de forma sistemática, com base em evidências científicas, em diálogo com
105 a realidade da agricultura familiar e dos territórios. O representante do CONASS
106 relatou o esforço realizado pelas secretarias estaduais na consolidação das
107 contribuições enviadas, ressaltando que cabe ao Comitê realizar o filtro técnico das
108 propostas e destacando a importância de garantir o acesso da população aos
109 fitoterápicos como condição para a sustentabilidade das políticas públicas. A
110 representante do Setor de Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Tecnológico),
111 destacou a necessidade de regulamentação, observou que sem produção agrícola
112 organizada e de qualidade não há condições de avançar na fitoterapia. O Ministério
113 da Saúde investiu valores expressivos em pesquisa e inovação, e a fitoterapia precisa
114 estar incluída nesses esforços. Não há “medicamento de pobre ou de rico”, mas
115 medicamentos padronizados, seguros e eficazes. A representante do Setor Industrial
116 Farmacêutico alertou para a ocorrência de adulterações, especialmente no comércio
117 eletrônico (e-commerce) de produtos manipulados com fitoterápicos sem
118 comprovação científica, destacando os impactos à segurança do paciente e ao setor
119 produtivo. A representante do Bioma Mata Atlântica), abordou o caso do fitoterápico
120 Acheflan como exemplo a não ser seguido, em função da não repartição dos
121 benefícios gerados a partir do acesso ao conhecimento tradicional associado à
122 biodiversidade. O representante do Bioma Pampa destacou a importância do acesso
123 a indicadores, do monitoramento contínuo das ações e da ampliação do diálogo com
124 outros conselhos e instâncias de participação social. Mencionou, como exemplo, a
125 recusa de povos Guarani em assinar termos relacionados à produção de *Maytenus*
126 *ilicifolia*, no âmbito do projeto BRA/18/G31 – Fitoterápicos, ressaltando que a atuação
127 institucional deve assegurar à comunidade o direito de dizer não, com acesso às
128 informações sobre o conhecimento tradicional associado e garantia de transparência
129 quanto às ações do Ministério da Saúde. A representante do Bioma Pantanal reforçou
130 a distinção entre planta medicinal nativa e fitoterápico industrializado e a importância

131 de inclusão da temática na agenda de sociobioeconomia, sugerindo associar também
132 o conceito de “socioeconomia”. A criação de sistemas de apoio à comercialização para
133 extrativistas, mencionando práticas consideradas predatórias. O representante do
134 MDIC destacou o déficit da balança comercial, a ocorrência de adulterações no
135 mercado, a necessidade de indicadores de evidências para a Política Nacional de
136 Plantas Medicinais e Fitoterápicos, bem como questões relacionadas a orçamento e
137 sustentabilidade, mencionando a ação orçamentária 20K5. Ressaltou a relevância de
138 discutir competitividade de projetos, análises econômicas e instrumentos como
139 acordos de cooperação técnica. Apontou ainda, a importância de orçamento e
140 sustentabilidade, bem como da retomada das Farmácias Vivas. A representante das
141 Farmácias Vivas apresentou seis sugestões: destinar recursos para assistência
142 farmacêutica, atualização da lista de fitoterápicos na Rename, elaborar guias sobre
143 ervanárias, pensar em central de beneficiamento de plantas medicinais, regulamentar
144 a produção de produtos por povos e comunidades tradicionais, e por fim, demandar à
145 Anvisa a recriação do Comitê Técnico Temático (CTT) da Comissão da Farmacopeia
146 Brasileira de Apoio à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com
147 vistas à aceleração de processos. O representante do CFF agradeceu o convite e
148 ressaltou o trabalho do conselho na pesquisa de plantas nativas brasileiras, bem como
149 na formação e profissionalização de farmacêuticos. A representante da Agricultura
150 Familiar, ressaltou a importância de incluir, de forma efetiva, povos e agricultura
151 familiar nos debates. A necessidade de evitar que conhecimentos tradicionais sejam
152 apropriados pela indústria sem repartição de benefícios. A relevância de construir
153 direitos e sustentabilidade antes de focar apenas na produção industrial. Compartilhou
154 experiência pessoal com uso de plantas medicinais em tratamento de saúde,
155 associando isso à necessidade de políticas que respeitem saberes locais. **Sra. Ana**
156 **Luiza** (MMA) retomou a palavra para reforçar a necessidade de o comitê se debruçar
157 sobre plantas nativas oriundas de extrativismo, uso em escala, e o fato de certos
158 normativos não refletirem a realidade brasileira de florestas em pé e povos vivendo
159 nesses territórios. Também comentou casos de repartição de benefícios em pesquisas
160 com espécies como espinheira-santa e erva baleeira, chamando a atenção para a
161 necessidade de justiça na repartição de benefícios. A **Sra. Joseane** (MDA), defendeu
162 a construção de indicadores que considerem os territórios e a modelagem de políticas
163 de base comunitária. No debate sobre sustentabilidade, cadeias produtivas e
164 produção, a **Sra. Elgiane** (CNS), relatou experiências da agricultura familiar e de
165 povos e comunidades tradicionais, como a Farmácia Alternativa de Passo Fundo, no
166 Estado do Rio Grande do Sul, apontando dificuldades na identificação botânica e na
167 produção. A **Sra. Maria Eunice** (Bioma Caatinga), abordou a legislação de produção
168 orgânica e a necessidade de valorização territorial e a **Sra. Ana Luiza** (MMA)
169 apresentou o Projeto GEF/Fito e as experiências de acesso com consentimento prévio
170 para o desenvolvimento de monografias e fitoterápicos. No âmbito da regulação e da
171 agenda sanitária, a **Sra. Ana Cecília** (Anvisa), informou sobre limitações normativas
172 e a necessidade de leis específicas para regulamentação de produtos tradicionais
173 produzidos por povos e comunidades tradicionais, solicitando espaço para
174 apresentação técnica em reunião futura. A **Sra. Ana Maria** (Farmácias Vivas)
175 relembrou debates do comitê anterior acerca da exclusão da Anvisa na temática de

176 produtos fitoterápicos produzidos por povos tradicionais, alertando para polissemias
177 conceituais e defendendo consenso terminológico, além de sugerir a criação de
178 subgrupo específico para produtos tradicionais. O **Sr. Daniel** (MDIC) reagiu às falas
179 das lideranças dos povos e das agricultoras, ressaltando que não se pode criar falsas
180 expectativas em agricultores quanto aos fitoterápicos sem considerar
181 farmacovigilância, segurança e evidências. É preciso refletir sobre como os produtos
182 entram no Sistema Único de Saúde (SUS) citando a necessidade de um módulo
183 específico para PNPMF no VigiSUS. No campo da educação e da pesquisa, a **Sra.**
184 **Juliana** (Bioma Mata Atlântica), voltou a se manifestar destacando que muitos
185 conhecimentos tradicionais são transmitidos de forma oral, especialmente pelos mais
186 velhos, alertando para o risco de perder desses saberes, e sugeriu maior articulação
187 com a educação básica e com programas como o Programa de Aquisição de
188 Alimentos, tanto na perspectiva alimentar quanto na aquisição de plantas medicinais.
189 A **Sra. Ana Cláudia** (Setor Industrial Farmacêutico) esclareceu que, embora
190 represente a indústria, também trabalha diretamente com povos tradicionais e citou o
191 caso do Acheflan como exemplo emblemático, além de mencionar a luta contra o
192 avanço de agronegócio e mineração sobre territórios tradicionais. A **Sra. Joseane**
193 (MDA) reforçou a necessidade de construção de espaços de diálogo que incluam
194 agricultores, fornecedores de insumos vegetais e atores da base produtiva, com
195 estratégias de médio e longo prazo para alcançar boas práticas. O **Sr. Matheus**
196 (MAPA), o qual chegou após o início da reunião, informou que participava como
197 ouvinte, por ter ingressado recentemente como suplente (sem publicação por portaria
198 do CNPMF) colocou o MAPA à disposição para colaborar nos projetos. Assim o **Sr.**
199 **Victor** (DAF/SCTIE/MS) fez uma síntese das falas, destacando que todos puderam
200 se manifestar, que seria necessário posteriormente votar prioridades e que o trabalho
201 deveria ser coletivo. O **Sr. Marco Aurélio** (MS) reforçou as observações do **Sr. Victor**
202 (DAF/SCTIE/MS), destacando o desafio de transformar uma lista extensa de
203 demandas em resultados concretos e duradouros, e enfatizou que nenhum membro
204 deveria ver como obstáculo, mas como parte da construção e da harmonização do
205 que une o grupo. O **Sr. Victor Doneida** (DAF/SCTIE/MS) apresentou proposta de
206 organização dos eixos temáticos, relacionando-os com o que havia sido discutido: 1.
207 Povos e Comunidades Tradicionais; 2. Inovação e Desenvolvimento de Fitoterápicos;
208 3. Cadeia Produtiva e Sustentabilidade; 4. Políticas Públicas e Regulação; 5.
209 Educação e Pesquisa; e 6. Gestão e Governança. E abriu para debate, ocasião em
210 que foram realizadas diversas sugestões de ajustes, entre elas: **Sr. Marciano** (Bioma
211 Pampa) propôs manter o eixo 1 (Povos e Comunidades Tradicionais) e incluir o termo
212 “produto tradicional” no eixo 2. **Sr. Daniel** (MDIC) observou que já existe o conceito
213 de “produto tradicional fitoterápico”, mas não de “produto tradicional em saúde”. A **Sra.**
214 **Joseane** (MDA) questionou onde o tema “território” seria melhor alocado, sugerindo
215 que poderia estar em Regulação ou em Gestão. **Sra. Isabela** (Setor de Inovações),
216 defendeu foco em objetivos claros e no desenvolvimento industrial, evitando
217 sobrecarregar o eixo de inovação e propondo separar melhor educação e pesquisa
218 para gerar resultados mais rápidos. **Sra. Ana Cláudia** (Setor Industrial Farmacêutico)
219 sugeriu que o eixo 3 ficasse explicitamente ligado à sociobiodiversidade. **Sra. Ana**
220 **Cecília** (Anvisa) lembrou que ao se tratar de “produto tradicional” ainda há discussão

221 sobre a legislação e a regulamentação da comercialização, levando a um cuidado na
222 utilização da terminologia." **Sra. Ana** Luiza (MMA) observou que o eixo 6 (Gestão e
223 Governança) reunia muitas questões transversais, e que uma divisão mais clara
224 poderia facilitar a compreensão e as conexões entre os temas. Profa. Joseane voltou
225 a contribuir sugerindo renomear "Educação e Pesquisa" para "Formação e
226 Capacitação" e propôs a criação de um eixo específico de "Monitoramento e
227 Avaliação". **Sra. Ieda** (Bioma Pantanal) alertou para o risco de tratar "produtos
228 tradicionais" como algo exclusivo da indústria, defendendo a ampliação do diálogo
229 para incluir outras perspectivas. **Sr. Daniel** (MDIC) propôs incluir "mandato" no eixo
230 de gestão e governança, ressaltando que faltam clareza e coordenação sobre quem
231 é responsável pela temática de fitoterapia, e que o comitê deveria ajudar a garantir
232 "nome e endereço" institucionais para a agenda. **Sr. Matheus** (MAPA), esclareceu
233 que "cadeia produtiva" envolve todos os elos, desde o insumo até o produto final, e
234 chamou atenção para a dificuldade de fazer chegar informações e assistência técnica
235 ao produtor rural. **Sra. Maria de Lourdes** (Agricultura Familiar) destacou a ausência
236 de menções explícitas a recursos financeiros e sugeriu incluir essa dimensão em
237 algum eixo. Durante essa etapa da discussão, chegaram também **Sr. Rodolfo Castro**
238 (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR) e **Sra. Marília**
239 **Pokwij Ribeiro de Sousa Krahô** (Ministério dos Povos Indígenas - MPI), cujos nomes
240 foram registrados. O **Sr. Daniel** (MDIC) ainda complementou questionando qual seria
241 o orçamento destinado a fitoterapia e defendeu que o comitê saísse da reunião com
242 uma estrutura mínima de desenvolvimento, prevendo fluxo de informação e
243 coordenação entre os atores. A Secretaria informou que, criados os subgrupos de
244 trabalhos, esses teriam condições de propor os ajustes finos aos títulos e escopo de
245 cada um, complementarmente foi destacado que, temas como monitoramento,
246 governança e fonte de financiamento devem estar presentes nos planos de trabalho
247 de todos subgrupos. Seguiu-se a etapa de votação de prioridades, com uso da
248 ferramenta online Mentimeter, cada representante votou numericamente no grau de
249 priorização (de 0 a 5) de cada um dos 6 eixos temáticos propostos anteriormente.
250 Após, mostrou-se o resultado da votação coletiva, elencando os 3 eixos com maior
251 pontuação como os prioritários para compor o plano de trabalho 2025-2026. Em
252 seguida, realizou-se uma votação sobre o aceite da proposta de organização dos 3
253 eixos temáticos votados como prioritário. A proposta foi aprovada por 21 (vinte e um)
254 votos favoráveis, registrando-se 1 (uma) abstenção e 1 (uma) ausência - Sarah (MIR).
255 Durante essa etapa, houve as seguintes manifestações: **Sr. Daniel** (MDIC) alertou
256 que uma lista sem governança poderia ser "desgovernada", reforçando a importância
257 de manter gestão e governança, ainda que não aparecessem entre os três primeiros
258 itens priorizados. **Sra. Ana Cláudia** (Setor Industrial Farmacêutico) afirmou que não
259 via sentido em alterar nomes já discutidos e consolidados. **Sr. João Henrique**
260 (CONASS) concordou com a **Sra. Ana Cláudia** (Setor Industrial Farmacêutico),
261 esclarecendo que o fato de governança não ter figurado entre as prioridades não
262 significava falta de relevância, mas sim que já havia uma metodologia em construção.
263 **Sr. Marciano** (Bioma Pampa) observou que o tempo foi curto para discussão
264 aprofundada nas instituições, sobretudo por ser final de ano, mas destacou que outros
265 pontos poderiam ser incorporados ao longo do processo, desde que se explicitasse

266 melhor como funcionaria o fluxo de trabalho. **Sra. Joseane** (MDA) destacou que o
267 papel do comitê é produzir informações para o apoio à política e manifestou a
268 preocupação sobre a metodologia aplicada para esse desenvolvimento de ações. **Sr.**
269 **Victor** (DAF/SCTIE/MS) lembrou que os subgrupos seriam instâncias temporárias e
270 serviriam para amadurecer ideias. **Sra. Ieda** (Bioma Pantanal) manifestou
271 preocupação com o risco de tornar temas não priorizados menos visíveis, defendendo
272 estratégias para que eles ficassem registrados na agenda. Assim ficou como temas
273 para o Plano de Trabalho 2025–2026, tendo sido definidos pela maioria como
274 prioritários: 1. Sistemas Produtivos, Mercado e Sustentabilidade; 2. Povos,
275 Comunidades e Produtos Tradicionais; e 3. Políticas Públicas e Regulação. Ficou
276 registrado que 4. Governança e gestão; 5. Pesquisa, desenvolvimento e inovação,
277 bem como 6. Educação, embora não priorizados, deverão ser trabalhados de forma
278 transversal ao longo do ano de 2026. Houve manifestação de que a governança é
279 transversal e deve ser integrada ao plano de trabalho. Deliberou-se pela criação de
280 três subgrupos de trabalho (SGT), a saber: SGT 1) Sistemas Produtivos, Mercado e
281 Sustentabilidade, sob coordenação do Sr. Marciano Toledo da Silva (BIOMA
282 PAMPA), composto pelos representantes: Daniel (MDIC), Laila (MDS), Rodolfo Castro
283 (MIDR), Maria de Lourdes (Agricultura Familiar), Matheus de Ávila (MAPA), Joseane
284 (MDA), Juliana (Bioma Mata Atlântica), Vanderlan (Pesquisa e Desenvolvimento
285 Tecnológico), Marília (MPI), Ana Luiza (MMA), Maria Eunice (Bioma Caatinga), Ana
286 Maria (Farmácias Vivas), Marciano (Bioma Pampa). SGT 2) Povos, Comunidades e
287 Produtos Tradicionais, sob coordenação da Sra. Marília (MPI), composto pelos
288 representantes: Lucely (Bioma Cerrado), Juliana (Bioma Mata Atlântica), Ieda (Bioma
289 Pantanal), Ana Maria (Farmácia Viva), Elgiane (CNS), Marília (MPI) e Ana Luiza
290 (MMA). SGT 3) Políticas Públicas e Regulação, sob coordenação do Sr. Daniel César
291 Nunes Cardoso (MDIC), com os participantes: Daniel (MDIC), Marciano (Bioma
292 Pampa), Isabela (Setor de Inovações), Joseane (MDA), Ana Cláudia (Setor Industrial
293 Farmacêutico), Henrique Vogado (Conass), Nilton (CFF), Elgiane (CNS), Nerilene
294 (Conasems), Sílvia (Fiocruz), Ana Luiza (MMA) e Rafael Poloni (DAF/SCTIE/MS), com
295 composições ampliadas registradas em plenária, ficando assegurada a participação
296 de convidados não representantes, conforme acordado. Foi informado que os
297 participantes receberiam uma planilha de organização com os elementos que
298 deveriam compor os trabalhos dos subgrupos, incluindo questões macro. Na
299 sequência foi apresentada e debatida a minuta do Regimento Interno do CNPMF com
300 discussão dos seguintes pontos principais: **Art. 6º, § 2º, inciso I** propôs-se excluir o
301 número máximo de participantes de subgrupos, mantendo apenas o número mínimo;
302 houve sugestão de elevar esse número mínimo (antes fixado em 3) por se considerar
303 que 3 (três) pessoas não seriam suficientes para dar conta dos trabalhos; debateram-
304 se os termos “poderá” e “deverá”; ao final, manteve-se número mínimo de 3 (três) e
305 optou-se por utilizar o verbo “deverá”; sugeriu-se retirar a palavra “segmento” e avaliar
306 a permanência de “diversidade”. No debate do art. **10, caput**, discutiu-se a previsão
307 de que as 3 (três) reuniões ordinárias anuais fossem preferencialmente presenciais
308 para todos os membros; foi mencionado o exemplo de participante indígena da região
309 amazônica que enfrenta dificuldades logísticas e de custeio; considerando que a
310 redação vem diretamente do decreto da Casa Civil, foi mantida a expressão

311 “preferencialmente presenciais”, com o compromisso de a coordenação envidar
312 esforços para garantir as condições necessárias, sem tornar a presença física
313 absolutamente obrigatória. **Art. 12** propôs-se substituir “articular o desenvolvimento”
314 por “contribuir para a articulação”, para refletir melhor o papel do comitê. **Art. 13** foi
315 sugerido ajustar o texto para deixar claro que se trata da coordenação do comitê,
316 substituindo “coordenador” por “coordenação”. **Art. 18** Foi observado que o dispositivo
317 repetia, em parte, o conteúdo do art. 10, § 1º; decidiu-se manter a redação, por estar
318 vinculada a decreto de hierarquia superior. **Art. 19, § 1º** Considerou-se que a redação
319 ficava confusa em relação ao art. 18, parágrafo único; decidiu-se propor a junção e
320 harmonização dos dois dispositivos. **Art. 22, parágrafo único** O texto previa que, em
321 caso de não comparecimento injustificado após compra de passagem e pagamento
322 de diária, o membro deveria ressarcir o valor; solicitou-se incluir previsão de prazo
323 mínimo e forma de comunicação da impossibilidade de comparecimento, bem como
324 um guia ou passo a passo, a fim de garantir segurança jurídica e transparência. **Art.**
325 **29** Sugeriu-se suprimir o artigo, por tratar de assunto não previsto no decreto
326 presidencial. **Art. 30** Considerando que o comitê pode deliberar e necessita de
327 informações de outros órgãos, sugeriu-se acrescentar parágrafo prevendo a
328 solicitação de dados e informações necessárias ao exercício de suas competências.
329 Foi mencionada a necessidade de alinhar o regimento com discussões ocorridas em
330 instâncias como a Conferência das Partes (COP 30), conforme comentários do
331 ministro da Saúde em evento relacionado. Não foi possível concluir a análise do
332 Regimento interno. Ficando a pauta para a próxima reunião, pré-sugerida para 22 de
333 janeiro de 2026, a confirmar o caráter extraordinário pela SE. Foram apresentadas
334 propostas de datas para próximas reuniões. Membros ressaltaram que apenas 1 (um)
335 dia de reunião não seria suficiente para a complexidade dos temas e sugeriram
336 encontros de 2 (dois) ou até 3 (três) dias. Também houve defesa de ampliar o número
337 de reuniões ao longo do ano, diante da agenda extensa. Foi informado que existe uma
338 aba específica no portal do Ministério da saúde dedicada ao Comitê Nacional de
339 Plantas Medicinais e Fitoterápicos (CNPMF), onde seriam disponibilizados
340 informações e documentos. Também foi mencionada pela **Sra. Isabela Allende** (Setor
341 de Inovações) a iniciativa “InovaFitoBrasil”, sugerindo que os membros buscassem
342 maiores informações para alinhamento com as ações do comitê. Os trabalhos foram
343 encerrados às 18h30, após agradecimentos finais da coordenação e o registro da
344 importância da retomada do comitê, da construção coletiva do plano de trabalho
345 2025–2026 e da centralidade dos povos, comunidades tradicionais, agricultura
346 familiar, setores produtivos e instituições públicas na implementação da Política
347 Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Como encaminhamentos da SE: o
348 envio de nova versão do regimento interno (com as contribuições discutidas) e modo
349 de retorno de contribuições dos representantes, até 12 de janeiro de 2026. O Envio
350 de planilha instrucional para os representantes trabalharem nos SGTs e a
351 Confirmação da data e modalidade (ordinária ou extraordinária) da 2ª reunião do
352 CNPMF, pré-acordada para 22/01/2026. A **Sra. Marília** (MPI) no fim da reunião pediu
353 a palavra para falar se poderia apresentar seu trabalho sobre madeira que é objeto de
354 uma pesquisa de mestrado na área indígena. Nada mais havendo a tratar, os
355 trabalhos foram encerrados às dezoito horas e trinta minutos, com agradecimentos da

356 coordenação e o registro do caráter histórico da retomada do Comitê Nacional de
357 Plantas Medicinais e Fitoterápicos, reforçando o compromisso interministerial e
358 intersetorial com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Houve uma
359 foto final para marcar o momento e um *coffee end* de encerramento para o grupo.